

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA EPAMIG 2025





Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Governo de Minas Gerais

Demonstrativo Financeiro da EPAMIG

2025

Belo Horizonte
2026

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Mateus Simões de Almeida
Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Thales Almeida Pereira Fernandes
Secretário

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG

Conselho de Administração

Nairam Félix de Barros

Presidente

Afonso Maria Rocha

Gladyston Rodrigues Carvalho

Maria Laura Marinho Vidigal

Otávio Martins Maia

Silvana Maria Novais Ferreira Ribeiro

Conselho Fiscal

Camila Pereira de Oliveira Ribeiro - *Presidente*

Ana Costa Rego - Titular

Erika Xavier Antônio - Titular

Elisângela de Oliveira Dalfior - Suplentes

Janaína Gomes da Silva - Suplentes

Warley Wanderson do Couto - Suplentes

DIRETORIA-EXECUTIVA

Nilda de Fátima Ferreira Soares
Diretora-Presidente

Trazilbo José de Paula Júnior
Diretor de Pesquisa e Inovação

Leonardo Brumano Kalil
Diretor de Administração e Finanças

COORDENAÇÃO

Wallerson Ernesto Coelho
Chefe Departamento de Gestão e Finanças

PRODUÇÃO

Luciana Paula Xavier Ribeiro
Chefe da Divisão Contábil

CAPA

Fabriciano Chaves Amaral
Chefe do Departamento de Informação Tecnológica

MONTAGEM

Ítalo Mosci Santiago
Assessoria de Governança e Estratégia

▶ **APRESENTAÇÃO** .04

▶ **DEMOSTRATIVOS FINANCEIROS 2025 e 2024** .05

▶ **Balanco Patrimonial** .05

▶ **Demonstração do Resultado dos Exercícios** .06

▶ **Demonstração do Resultado Abrangente** .07

▶ **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** .07

▶ **Demonstração dos Fluxos de Caixa** .08

▶ **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras** .09

1. Contexto Operacional .09
2. Práticas Contábeis .14
3. Caixa e Equivalentes de Caixa .16
4. Contas a Receber .17
5. Recursos a Receber do Estado – Ceres .18
6. Estoques .19
7. Outros Ativos Circulantes .20
8. Imobilizado .21
9. Obrigações Sociais a Recolher .25
10. Tributos a Recolher .25
11. Credores por Convênios .28
12. Parcelamentos Tributários .29

13. Outros Passivos Circulantes .30

14. Provisão para Contingências .31

15. Outras Provisões .32

16. Receitas Diferidas .32

17. Capital Social .33

18. Reservas de Lucros .33

19. Ajustes de Avaliação Patrimonial .34

20. Receitas Operacionais Líquidas .34

21. Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados .35

22. Despesas Gerais e Administrativas .36

23. Outras Receitas Operacionais .37

24. Outras Despesas Operacionais .38

25. Resultado Contábil do Período .38

▶ **ANEXOS**

▶ **Parecer Auditoria Externa**

▶ **Parecer Conselho Fiscal**

QUADRO 1 - BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	2025	2024	PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		46.327.658,88	38.092.895,83	PASSIVO CIRCULANTE		25.527.450,80	22.600.965,53
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	20.595.054,27	17.126.484,10	Fornecedores		1.709.025,52	812.696,51
Clientes	4	532.507,77	553.348,79	Salários e Encargos a Pagar	9	6.310.133,52	6.335.997,44
Contas a Receber do Tesouro Estadual	4	2.467.732,26	0,00	Impostos e Contribuições a Recolher	10	2.651.485,64	2.331.369,66
Recursos a Receber do Estado - CERES	5	0,00	302.076,63	Obrigações Trabalhistas	9	10.071.755,85	9.477.299,44
Estoques	6	19.441.205,66	17.405.779,89	Outras Provisões	15	0,00	302.076,63
IRPJ - Exigibilidade Suspensa		487.827,40	0,00	Credores por Convênios	11	2.596.656,77	2.491.808,82
Adiantamentos		1.335.140,58	1.275.846,44	Parcelamentos de Débitos Fiscais	12	85.173,82	0,00
Impostos a Recuperar /Compensar		1.210.017,33	991.193,13	Adiantamentos de Clientes		47.572,49	60.947,55
Despesas Antecipadas		249.279,16	183.594,91	Outros Passivos	13	2.055.647,19	788.769,48
Outros Ativos	7	8.894,45	254.571,94				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		89.369.517,57	69.537.038,07	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		40.236.850,85	14.452.056,74
<u>Realizável a Longo Prazo</u>		<u>639.792,15</u>	<u>296.676,40</u>	<u>Exigível a Longo Prazo</u>		<u>40.236.850,85</u>	<u>14.452.056,74</u>
Depósitos Judiciais / Recursais		451.455,91	247.783,18	Parcelamentos de Débitos Fiscais	12	56.782,53	0,00
Despesas Antecipadas Longo Prazo		35.814,68	21.225,06	Fornecedores		23.927,17	0,00
Impostos e Contribuições a Recuperar		152.521,56	27.668,16	Provisões Contingenciais	14	6.150.979,01	3.653.951,03
<u>Investimentos</u>		<u>7.861,19</u>	<u>7.861,19</u>	Outras Provisões	15	0,00	815.010,21
Investimentos		7.861,19	7.861,19	Receitas Diferidas	16	34.005.162,14	9.983.095,50
<u>Imobilizado</u>	8	<u>88.388.847,24</u>	<u>68.804.408,72</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		69.932.874,80	70.576.911,63
Imobilizado		141.435.262,33	113.966.110,56	Capital social	17	31.600.000,00	31.600.000,00
(-)Depreciação Acumulada		-52.367.814,19	-45.120.011,78	Reservas de Capital		28.254,16	28.254,16
(-)Impairment		-678.600,90	-41.690,06	Reservas de Lucros	18	47.520.835,11	47.520.835,11
<u>Intangível</u>		<u>333.016,99</u>	<u>428.091,76</u>	Prejuízos Acumulados	18	-19.997.212,84	-20.179.799,59
Intangível		649.476,03	619.040,56	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19	10.780.998,37	11.607.621,95
(-)Amortização Acumulada		-316.459,04	-190.948,80				
TOTAL DO ATIVO		135.697.176,45	107.629.933,90	TOTAL DO PASSIVO		135.697.176,45	107.629.933,90

QUADRO 2 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	NOTA EXPLICATIVA	2025	2024
Receita De Vendas de Produtos e Serviços		14.497.103,52	15.264.483,35
<i>(-) Devoluções e Descontos sobre Vendas</i>		-218.015,83	-113.186,13
<i>(-) Impostos incidentes s/vendas</i>		-873.953,06	-984.746,00
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	13.405.134,63	14.166.551,22
<i>(-) Custo de Mercadorias e Serviços Vendidos</i>	21	-9.139.064,79	-9.101.028,24
(=) LUCRO BRUTO		4.266.069,84	5.065.522,98
<u>Outras Receitas e Despesas</u>		<u>-10.265.825,56</u>	<u>-2.834.656,57</u>
Despesas com Vendas		-10.118,03	-155.126,45
Despesas Gerais e Administrativas	22	-142.175.990,31	-129.579.270,66
Contingências Trabalhistas e Cíveis		-1.682.017,77	349.497,41
Outras Receitas Operacionais	23	135.558.389,51	128.529.576,93
Outras Despesas Operacionais	24	-1.956.088,96	-1.979.333,80
(=) RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		-5.999.755,72	2.230.866,41
<u>Resultado Financeiro Líquido</u>		<u>1.965.129,18</u>	<u>798.915,89</u>
Receitas Financeiras		2.221.635,33	1.000.519,72
Despesas Financeiras		-256.506,15	-201.603,83
(=) LUCRO OPERACIONAL		-4.034.626,54	3.029.782,30
<u>Outras Receitas e Despesas não Operacionais</u>		<u>4.835.077,27</u>	<u>86.412,61</u>
Ganhos e/ou Perdas no Imobilizado/Intangível		4.835.077,27	86.412,61
Receita da Venda de Sucata		0,00	0,00
(=) RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		800.450,73	3.116.194,91
<u>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</u>		<u>-617.863,98</u>	<u>-628.389,07</u>
IRPJ Corrente		-425.345,57	-436.095,62
CSLL Corrente		-192.518,41	-192.293,45
(=) LUCRO E/OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25	182.586,75	2.487.805,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 3 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	NOTA EXPLICATIVA	2025	2024
(=) LUCRO E/OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		182.586,75	2.487.805,84
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
AJUSTES DE REAVLIAÇÃO DE ATIVOS		-826.623,58	1.751.438,65
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		-644.036,83	4.239.244,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

SALDOS EM 31/12/2023	31.600.000,00	28.254,16	47.520.835,11	-22.667.605,43	9.856.183,30	66.337.667,14
Ajuste Exercícios Anteriores - Retificação de Erros	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Doações do Poder Público	-	-	0,00	0,00	-	0,00
Subvenções para Investimentos	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes do Ativo Imobilizado	-	-	-		1.751.438,65	1.751.438,65
Lucro Líquido do Período				2.487.805,84		2.487.805,84
SALDOS EM 31/12/2024	31.600.000,00	28.254,16	47.520.835,11	-20.179.799,59	11.607.621,95	70.576.911,63
Ajuste Exercícios Anteriores - Retificação de Erros	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Doações do Poder Público	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenções para Investimentos			0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes do Ativo Imobilizado			-	0,00	-826.623,58	-826.623,58
Lucro Líquido do Período	-	-	-	182.586,75	0,00	182.586,75
SALDOS EM 31/12/2025	31.600.000,00	28.254,16	47.520.835,11	-19.997.212,84	10.780.998,37	69.932.874,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

QUADRO 5 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - MÉTODO INDIRETO

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO E/OU PREJUÍZO LÍQUIDO	182.586,75	2.487.805,84
+ DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES APROPRIADAS	12.208.389,92	7.352.716,73
+ PERDA NA VENDA DE IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	0,00	0,00
(-) GANHO NA VENDA DE IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	-4.835.077,27	-86.412,61
Varição de Clientes	20.841,02	-158.534,47
Varição de Contas a Receber do Tesouro Estadual	-2.467.732,26	0,00
Varição de Recursos a Receber do Estado - CERES - CP	302.076,63	1.458.128,56
Varição de Estoques	-2.035.425,77	-1.340.597,90
Varição de Adiantamentos	-59.294,14	9.847,11
Varição de IRPJ - Exigibilidade Suspensa	-487.827,40	0,00
Varição de Impostos Retidos na Fonte - CP	-218.824,20	284.291,03
Varição de Despesas Antecipadas - CP	-65.684,25	-80.756,81
Varição de Outros Ativos - CP	245.677,49	-240.048,21
Varição de Fomecedores	896.329,01	322.974,82
Varição de Salários a Pagar	-25.863,92	954.981,80
Varição de Impostos e Contribuições a Recolher	320.115,98	659.960,16
Varição de Obrigações Trabalhistas	594.456,41	275.499,61
Varição de Outras Provisões - CP	-302.076,63	-1.458.128,56
Varição de Credores por Convênios	104.847,95	706.845,17
Varição de Parcelamentos de Débitos Fiscais	85.173,82	0,00
Varição de Adiantamentos de Clientes	-13.375,06	24.962,40
Varição de Outros Passivos Circulantes	1.266.877,71	-4.100.260,07
Varição de Depósitos judiciais	-203.672,73	119.840,72
Varição de Despesas Antecipadas - LP	-14.589,62	-17.219,33
Varição de Recursos a Receber do Estado - CERES - LP	0,00	293.367,44
Varição de Impostos Retidos na Fonte - LP	-124.853,40	-27.668,16
Varição de Provisões Contingenciais	2.497.027,98	-1.162.978,98
Varição de Fomecedores a LP	23.927,17	0,00
Varição de Outras Provisões - LP	-815.010,21	521.642,77
Varição de Receitas Diferidas	24.022.066,64	9.983.095,50
Varição de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-826.623,58	1.751.438,65
= CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	30.331.246,57	18.534.793,21
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(-) Aquisição de Imobilizado e Intangível	-27.499.587,24	-19.923.531,75
+ Perda por Desvalorização - Impairment	595.220,78	41.690,06
(-) Reversão da Perda por Desvalorização - Impairment	41.690,06	0,00
= CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-26.862.676,40	-19.881.841,69
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
= CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	17.126.484,10	18.473.532,58
+ VARIAÇÃO DO CAIXA NO PERÍODO	3.468.570,17	-1.347.048,48
= SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	20.595.054,27	17.126.484,10
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras</i>		

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – EPAMIG, foi constituída pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, através da Lei Estadual nº 6.310, de 08 de maio de 1974, e possui Estatuto Social aprovado pelo Decreto Estadual nº 48.191, de 14 de maio de 2021, como Empresa Pública, sob a forma de Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA e organizada nos termos do referido Decreto.

A EPAMIG é o principal instrumento do Governo do Estado de Minas Gerais na execução do plano de desenvolvimento agropecuário do Estado, promovendo; estimulando; supervisionando e fomentando as atividades de pesquisa agropecuária e agroindustrial, de experimentação e de inovação tecnológica no sistema agropecuário mineiro atuando como extensão das atividades do Governo do Estado de Minas Gerais, no contexto de sua política de agronegócio, detendo 99,99% do seu capital social, e assegura a continuidade normal de suas operações, substancialmente, mediante transferências de recursos consignados no Orçamento do Estado de Minas Gerais.

A estrutura da empresa consiste na sede em Belo Horizonte, cinco unidades regionais, e vinte e um campos experimentais e dois Institutos Tecnológicos. Os dois institutos em 2022, migraram os seus cursos de ensino técnico profissionalizante para ensino tecnológico superior: o Instituto de Laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora (ILCT), e o Instituto Tecnológico de Agropecuária de Pitangui, em Pitangui (ITAP).

O credenciamento dos Institutos para ensino superior se deu através dos seguintes instrumentos jurídicos: Resolução SEE Nº 4.686, de 15 de dezembro de 2021 para o Instituto de Laticínios Cândido Tostes, em Juiz de Fora (ILCT), e Resolução SEE Nº 4.688, de 21 de dezembro de 2021 para o Instituto Tecnológico de Agropecuária de Pitangui (ITAP), em Pitangui.

Em parceria com instituições públicas e privadas, a EPAMIG desenvolve pesquisas que contemplam interesses do setor agropecuário através de pesquisas em: Agroenergia (cana-de-açúcar, girassol, macaúba, mamona e pinhão-manso), aquicultura, biotecnologia, cafeicultura, floricultura, fruticultura, grandes culturas (arroz, feijão, soja, trigo, milho), olericultura, processamento agroindustrial (leite, azeitona, uva, frutas), produção animal, silvicultura e meio ambiente.

Muitas das tecnologias levadas pela EPAMIG aos agricultores são frutos de esforço interinstitucional, executadas em parceria com diversas instituições de ensino e pesquisa, em âmbito federal e estadual, bem como, com a iniciativa privada.

Com o propósito de contribuir para o amadurecimento e para o aperfeiçoamento dos mecanismos de Governança, Controles Internos e Riscos da EPAMIG, referentes à execução das metas físicas pactuadas no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG, atreladas às receitas arrecadadas e à execução das despesas previstas no planejamento anual que compõe a Lei Orçamentária Anual - LOA, a Diretoria Executiva da EPAMIG, por meio da Diretoria Administrativa e Financeira, deu início às tratativas internas durante o exercício de 2019, na busca de uma ferramenta de gestão, que além de produzir relatórios gerenciais, pudesse proporcionar o acompanhamento do desempenho das metas físicas e financeiras de forma mais efetiva e pontual, no intuito de auxiliar nas decisões de cunho administrativo/financeiro e ainda, proporcionar uma atuação preventiva frente às anomalias porventura identificadas.

Nesse contexto, foi implantado na EPAMIG durante o exercício de 2020, por meio da Deliberação nº 810 de 20 de junho, a ferramenta de acompanhamento e monitoramento da execução das metas físicas orçamentária e financeira, denominada Sistema de Gestão Integrada - SGI.

Sua concepção é baseada no ciclo PDCA (do inglês: **PLAN – DO – CHECK – ACT** ou Adjust) é um método iterativo de gestão de quatro passos, que tem na sua essência o acompanhamento sistemático da execução das metas físicas e financeiras em relação ao que foi planejado, permitindo agir corretivamente em tempo hábil.

Em outubro de 2021, foi implementada a versão SGI-WEB que passou a permitir o cadastro de todas as metas físicas e financeiras em substituição às planilhas proporcionando maior confiabilidade dos dados inseridos, melhor acompanhamento e aumento na transparência no planejamento das metas físicas e financeiras da Empresa.

Como processo de amadurecimento da ferramenta de Gestão, em 2023 foram implementados procedimentos para melhorias dos controles, sendo eles:

- Implantação do cadastro por produto;
- Desenvolvimento do site com as explicações sobre o que é o SGI na EPAMIG. Com a possibilidade de consultas, trazendo assim mais transparência;
- Desenvolvimento do Plano de Providências integrado na plataforma do SGI-WEB;

Em 2024, foi desenvolvida a integração do SGI com o Sistema TOTVS e em 2025 ocorreram avanços para implementação de um novo indicador de avaliação de metas, denominado produtividade.

Desde 2022, com a consolidação e aperfeiçoamento do SGI-WEB, o setor de compras da EPAMIG iniciou o seu planejamento das compras baseado na ferramenta, visando garantir que as expectativas de entregas fossem alinhadas em conformidade com o mesmo período de registro informado no planejamento. Também neste mesmo ano, o resultado do *Ranking* das filiais foi base para repasses financeiros da SEDE para as Regionais, sendo base para uma segunda metodologia chamada Matriz.

A Matriz consiste em repasses financeiros para as regionais, que visam garantir as execuções pactuadas e ao mesmo tempo estimular a competitividade entre as filiais premiando aquelas que apresentarem melhor planejamento com mais recursos. São reservados para competição 20% dos recursos próprios da empresa. Sendo que 80% estão garantidos para executar o planejamento.

Com o amadurecimento da ferramenta SGI constatou-se os seguintes impactos na gestão da empresa:

- A) Acompanhamento sistemático sobre o cronograma das compras com objetivo de verificar se estão sendo concluídas em suas respectivas épocas corretas e adequadas, em sintonia com o planejamento e por consequência com as principais atividades dos campos experimentais, como por exemplo: insumos na hora correta para o plantio;
- B) O amadurecimento do processo de planejamento das unidades, contribuindo para previsibilidade da execução das anual das atividades, contribuindo para tomada de decisões mais assertivas;
- C) Identificar os desvios das metas físicas e financeiras visando promover correções em tempo hábil;
- D) Viabilizar a atuação de forma pontual em situações de distanciamento entre o planejado analisando as justificativas reportadas e os planos de ação com vistas à correção das variações;
- E) Levantar as necessidades de melhorias da estrutura da empresa (reformas, manutenções, aquisições, etc.) e de pessoal que dificulta o cumprimento das metas;
- F) Promover a transparência das ações referentes aos recursos aplicados na empresa;
- G) Melhorar a visualização dos resultados da empresa por meio de gráficos e relatórios;

- H) Aumentar o envolvimento entre as equipes em função do Ranking mensal que pontua e classifica as filiais;
- I) Melhoria significativa dos registros de documentos de forma tempestiva, diminuindo os riscos com descumprimento de prazos legais.

Em 2022, a EPAMIG participou dos editais de projetos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e foram liberados recursos através de Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários (TDCO's) que não transitaram em contas bancárias da EPAMIG. Eles foram diretamente repassados às Fundações de Apoio credenciadas e contratadas via processo licitatório pela EPAMIG. Estes recursos estão em fase de execução pelas Fundações de Apoio.

Em 2023 a EPAMIG também participou dos editais de projetos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e foram aprovados 20 (vinte) projetos que, ao todo, somam R\$ 9.675.613,60 (nove milhões seiscentos e setenta e cinco mil seiscentos e treze reais e sessenta centavos). Tendo em vista que os recursos são repassados para as Fundações de Apoio, que são selecionadas através de processo licitatório, somente 15 (quinze) projetos foram repassados para Fundações de Apoio dentro do exercício social de 2023, somando um total de R\$ 7.323.842,83 (sete milhões trezentos e vinte e três mil oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos). Ficando 5 (cinco) projetos no montante de R\$ 2.351.770,77 (dois milhões trezentos e cinquenta e um mil setecentos e setenta reais e setenta e sete centavos) para serem repassados no exercício de 2024.

Em 2024 seguindo o mesmo rito dos editais de projetos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) foram aprovados 25 (vinte e cinco) projetos que somam R\$ 15.732.855,01 (Quinze milhões setecentos e trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e um centavo). Dos 25 (vinte e cinco) projetos aprovados, 20 (vinte) foram repassados para as fundações de apoio dentro do exercício de 2024, no montante de R\$ 15.184.875,40 (quinze milhões cento e oitenta e quatro mil oitocentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos) e ficando R\$ 547.979,61 (quinhentos e quarenta e sete mil novecentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavo) como resto a pagar e Despesas Operacionais Administrativas a serem repassados nos exercícios seguintes.

Em 2025 foram celebrados mais 6 (seis) projetos que somam R\$ 3.129.553,74 (três milhões cento e vinte e nove mil quinhentos e cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos), sendo repassados para as fundações o valor de R\$ 2.999.471,09 (dois milhões novecentos e noventa e nove mil quatrocentos e setenta e um reais e nove centavos) restando R\$ 130.082,65 (centos e trinta mil oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos) como resto a pagar e Despesas Operacionais Administrativas a serem repassados nos exercícios seguintes.

Atualmente, os recursos encontram-se em fase de execução, distribuídos entre 7 (sete) Fundações de Apoio, conforme detalhamento a seguir:

FUNDAÇÕES DE APOIO	2025	2024	2023	2022	VALORES GERENCIADOS (R\$)	SALDO A LIBERAR (RESTOS A PAGAR E DOA)	TOTAL	QUANTIDADE DE PROJETOS
FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS - FUNDAÇÃO CEFET MINAS	2.495.847,79	8.754.415,76	2.058.084,22	7.900.318,95	21208.666,72	654.504,62	21863.171,34	25
FUNDAÇÃO ARTÍSTICA, CULTURAL E DE EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA DE VIÇOSA - FACEV	0,00	0,00	1.102.825,91	266.402,25	1.369.228,16		1.369.228,16	4
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FADEPE	0,00	0,00	2.005.442,28	19.328.228,76	21333.671,04		21333.671,04	9
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - FAPED	503.623,30	3.260.765,50	1.569.679,48	4.536.148,73	9.870.217,01	23.557,65	9.893.774,66	20
FUNDAÇÃO CHRISTIANO OTTONI - FCO	0,00	0,00	0,00	3.619.866,08	3.619.866,08		3.619.866,08	3
FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FEPE	0,00	2.769.690,75	587.810,94	1529.946,24	4.887.447,93		4.887.447,93	9
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES - FUNARBE	0,00	400.003,39	0,00	0,00	400.003,39		400.003,39	1
TOTAIS	2.999.471,09	15.184.875,40	7.323.842,83	37.180.911,01	62.689.100,33	678.062,27	63.367.162,60	71

Com a liberação desses 6 (seis) novos projetos, a EPAMIG perfaz até 31/12/2025, com 71 (setenta e um) projetos em execução no montante de R\$ 63.367.162,60 (sessenta e três milhões trezentos e sessenta e sete mil cento e sessenta e dois reais e sessenta centavos).

Conforme Art. 37 da Lei nº 24.821, de 14/06/2024, dos recursos atribuídos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, correspondentes a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente ordinária do Estado, nos termos do art. 212 da Constituição do Estado, no mínimo 40% (quarenta por cento) serão destinados ao financiamento de programas ou projetos em ciência, tecnologia e inovação desenvolvidos por instituições estaduais. Em 2025, tais recursos iniciaram a sua execução através de Termos de Outorga – TO's.

O controle financeiro dos projetos formalizados por meio de Termo de Outorga - TO é realizado pelas Fundações de Apoio, as quais atuam como responsáveis pela gestão financeira dos recursos concedidos. Nesse arranjo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG realiza o repasse dos recursos às respectivas Fundações de Apoio, que passam a ser responsáveis pela execução financeira dos projetos, bem como pela organização, consolidação e encaminhamento das prestações de contas financeiras. As Fundações de Apoio também figuram como signatárias dos Termos de Outorga junto à Fapemig.

Em 2025 os dados registrados na Plataforma de Pesquisa de projetos que tiveram seus Termos de Outorga – TO's assinados neste ano, bem como os valores aprovados nos respectivos instrumentos foram os seguintes:

FUNDAÇÕES DE APOIO	2025	VALORES GERENCIADOS (R\$)	QUANTIDADE DE PROJETOS
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FADEPE	37.030.222,69	37.030.222,69	57
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES - FUNARBE	553.820,99	553.820,99	6
TOTAL	37.584.043,68	37.584.043,68	63

Ao final dos projetos as Fundações de Apoio prestarão contas à EPAMIG que, por sua vez, prestará contas à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas pelo Departamento de Gestão e Finanças, analisadas pela Auditoria Interna para emissão de Relatório de Auditoria, sendo submetidas ao Conselho Fiscal para apreciação, deliberação e emissão de parecer.

MISSÃO

Pesquisar, capacitar e apresentar soluções e inovações tecnológicas para o desenvolvimento sustentável da agropecuária e da agroindústria, em benefício da sociedade.

VALORES

Os valores expressam a singularidade da Empresa através do conjunto de princípios éticos.

Os valores da EPAMIG são: Inovação; Ética e transparência; Satisfação do Público; Credibilidade; Valorização e Respeito às Pessoas; Responsabilidade Social e Ambiental; Comprometimento Profissional e Eficiência.

DIRETORIA EXECUTIVA EPAMIG

PRESIDENTE

Nilda de Fátima Ferreira Soares

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Leonardo Brumano Kalil

DIRETOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Trazilbo José de Paula Júnior

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EPAMIG A PARTIR DE 1º/07/2021 (Decreto Estadual nº 48.191/2021) (*):

- Nairam Félix de Barros – (Presidente do Conselho de Administração) – Professor Eng.º Florestal Aposentado da UFV (Titular) (Reconduzido para Mandato de 2025 a 2027, DOEMG de 29/07/2025)
- Gladyston Rodrigues Carvalho Pesquisador da EPAMIG Eng.º Agrônomo (Titular) (Reconduzido para Mandato de 2025 a 2027, DOEMG de 29/07/2025)
- Otávio Martins Maia – Presidente da EMATER Especialista em Políticas Públicas e Gestão governamental – EPPGG (Titular) (Reconduzido para Mandato de 2025 a 2027, DOEMG de 29/07/2025)
- Silvana Maria Novais Ferreira Ribeiro – Superintendente SENAR/MINAS Eng.ª Agrônoma (Titular) (Reconduzida para Mandato de 2025 a 2027, DOEMG de 29/07/2025)
- Afonso Maria Rocha – Superintendente SEBRAE/MINAS Administrador (Titular) (Reconduzido para Mandato de 2025 a 2027, DOEMG de 29/07/2025)
- Maria Laura Marinho Vidigal – Advogada (Titular) (Nomeada para Mandato de 2023 a 2025, DOEMG de 27/12/2023, em substituição ao Conselheiro Antônio Álvaro Corsetti Purcino) (Reconduzida para Mandato de 2025 a 2027, DOEMG de 29/07/2025)

CONSELHO FISCAL EPAMIG A PARTIR DE 1º/07/2021 (Decreto Estadual nº 48.191/2021) ():**

- Camila Pereira de Oliveira Ribeiro (Presidente do Conselho Fiscal) – (Titular) Gerente da Gerência de Contratos, Convênios e Parcerias da CODEMGE - Especialista em Políticas Públicas -- (Reconduzida para Mandato de 2025 a 2027, DOEMG de 06/11/2025)
- Érika Xavier Antônio – Diretora de Convênio da SEAPA (Titular) – nomeada em 06/11/2025 em substituição ao Conselheiro Francisco Antônio de Arruda Pinto, para mandato de 02 (dois anos)
- Ana Costa Rego – Diretora de Operações - MGS, Direito (Titular) nomeada em 30/12/2023 em substituição ao Conselheiro Alisson Maurílio Rodrigues Santos (Reconduzida para Mandato de 2025 a 2027, DOEMG de 06/11/2025)
- Janaína Gomes da Silva - Advogada do Serviço Social do Comércio - SESC/MG, Direito (Suplente) (Reconduzida para Mandato de 2025 a 2027, DOEMG de 06/11/2025)
- Warley Wanderson do Couto - Diretor Financeiro - Empresa Fortaleza de Santa Teresinha Agricultura e Pecuária S/A, Ciências Contábeis (Suplente) (Reconduzido para Mandato de 2025 a 2027, DOEMG de 06/11/2025)
- Elisângela de Oliveira Dalfior – Auditora Interna - EMATER - (Suplente) nomeada DOEMG de 06/11/2025)

(*) O Conselho possui 06 vagas de titulares com mandato unificado, pelo prazo de Dois (02) anos, segundo o previsto no art. 14, do Decreto nº 48.191/2021. Todas as vagas estavam preenchidas até 31/12/2025.

(**) O Conselho possui 03 vagas de titulares todas preenchidas até 2025 e 03 vagas de suplentes, com 02 vagas preenchidas até 31/12/2025;

<http://www.epamig.br/conselhos/>

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/1976, com as alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007, 11.941/2009, 14.030/2020 e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Lei 12.973/2014. As demonstrações contábeis tiveram autorização para divulgação pela diretoria em 16 de março de 2026.

(b) Apuração do resultado

As receitas, despesas e os custos são contabilizados pelo regime contábil de competência de exercícios conforme determina a Lei 6.404/76 em seu Art. 177. As receitas de serviços são reconhecidas quando o valor da receita possa ser estimado com segurança, for provável que benefícios econômicos decorrentes da transação sejam percebidos pela Entidade e a proporção dos serviços executados possam ser confiavelmente mensurados.

(c) Caixa, equivalentes de caixa

Equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e de depósitos bancários à vista. Estão demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. Incluem também aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias.

(d) Aplicações financeiras (Valores vinculados – projetos a realizar)

Referem-se às aplicações financeiras realizáveis até 90 dias, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Sua movimentação reflete as entradas e saídas dos recursos destinados à execução dos Convênios e Projetos, das quais são registradas em conta específica para cada Convênio em contrapartida a conta do passivo (Nota Explicativa nº 11). As receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras são registradas no passivo em conta específica dos Convênios.

(e) Contas a receber

São reconhecidas pelo regime de competência de exercício decorrente de faturamentos, deduzidos de provisões para perdas, exceto para os valores a receber de alunos e acordos.

(f) Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, cujos valores são inferiores aos custos de reposição ou aos valores de realização.

- Os estoques de ativos biológicos e produtos agrícolas existentes são os seguintes:

Bovinos, e outros – Estes estoques estão mensurados a valor justo. O valor justo é determinado com base no preço de mercado dos ativos de acordo com a idade, raça e qualidades genéticas similares.

Produtos agrícolas – Estes estoques são demonstrados ao valor justo. O valor justo é determinado com base no preço de mercado ao final da colheita.

(g) Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da correspondente depreciação que é calculada pelo método linear com base na vida útil econômica dos bens.

- Os ativos biológicos imobilizados são os seguintes:

Bovinos – Estes imobilizados estão mensurados a valor justo. O valor justo é determinado com base no preço de mercado dos ativos de acordo com a idade, raça e qualidades genéticas similares.

Lavouras de café, uvas e oliveiras – Estes imobilizados estão mensurados a valor justo e registrados após laudo técnico apresentado por doutores especialistas da área.

(h) Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de realização ou dos depósitos efetuados, incluindo, conforme aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

(i) Fornecedores

Compreende as obrigações junto a fornecedores pela aquisição de serviços e materiais utilizados nas atividades operacionais.

(j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

(k) Provisão para contingências

Uma provisão é contabilizada quando a Empresa possui uma obrigação constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas dos riscos envolvidos. A avaliação da probabilidade de saída de recursos inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações das circunstâncias jurídicas ocorridas a cada trimestre do exercício.

(l) Ajuste a valor presente

Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes, ou seja, de realização.

(m) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativas e suposições, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos para os períodos informados, principalmente com relação a I) perda estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD de valores a receber, II) provisões tributárias, trabalhistas e judiciais, III) depreciações e amortizações e IV) outras obrigações.

(n) Imposto de Renda e Contribuição Social

A EPAMIG é optante pelo Lucro Real como regime de tributação, através de apuração mensal por balanço de suspensão/redução. Neste caso, o Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nos resultados apurados cumulativamente até o final de cada mês de apuração, ajustados por adições e exclusões a este resultado e sobre o qual são aplicadas alíquotas vigentes, sendo 15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$ 20.000,00 por mês para o Imposto de Renda, mais 9% para a Contribuição Social calculada sobre o lucro até então apurado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	148,83	150,45
Bancos Conta Movimento	652.943,12	72.047,07
Aplicações Financeiras (a)	<u>17.342.091,35</u>	<u>14.377.552,75</u>
	17.995.183,30	14.449.750,27
Bancos Conta - Convênios	0,00	0,00
Aplicações Financeiras - Convênios (b)	<u>2.599.870,97</u>	<u>2.676.733,83</u>
	2.599.870,97	2.676.733,83
TOTAL	<u>20.595.054,27</u>	<u>17.126.484,10</u>

O saldo do Disponível é composto por fonte de recursos Próprios, do Tesouro Estadual, Emendas Parlamentares e Vinculados.

Os recursos próprios são arredados através da comercialização de produtos e mercadorias, provenientes dos resultados da pesquisa, e também da prestação de serviços, para fazer frente ao custeio da empresa.

Dentre os recursos do Tesouro, ressalta-se o repasse do Estado para pagamento de 100% da folha de salários, o recebimento de recursos da composição do gasto constitucional da Educação, nos termos dos Arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394/96, para custeio e investimento.

Dos recursos vinculados recebidos através de convênios, parcerias, contratos de repasses, emendas parlamentares, etc. Referem-se a recursos financeiros vinculados a projetos que se destinam a suportar os gastos específicos de convênios firmados pela EPAMIG.

(a) Referem-se a aplicações de recursos livres de vinculação, e de pagamento de salários e encargos que representadas substancialmente por valores mantidos em fundos de bancos de primeira linha e classificadas desta forma por estratégia financeira da EPAMIG. O saldo de R\$ 17.995.183,30 é composto por:

- R\$ 5.520.000,00, devido ao recebimento da venda de Imóvel realizado em 26/03/2025. Tais recursos estão comprometidos com despesas de investimentos.

- Apenas R\$ 1.910.694,09 que são recursos próprios, com livres vinculações e grande parte deles estão comprometidos com despesas contratadas e continuadas que foram pagas em janeiro de 2026;

- R\$ 10.564.489,21 que são provenientes de repasses do Estado para pagamento de salários, e de despesas relacionadas ao gasto da Educação. Houve também o recebimento de recursos do Estado através de repasse à EPAMIG para honrar compromissos de salários de dezembro de 2025, cujo pagamento ocorreu no 5º dia útil de janeiro de 2026. Tais recursos foram repassados ainda dentro do exercício de 2025.

(b) Referem-se a aplicações dos recursos financeiros vinculados a convênios que se destinam a suportar os gastos específicos de convênios firmados pela EPAMIG. As receitas financeiras provenientes de tais equivalentes de caixa são reinvestidas nos próprios projetos. A redução no saldo em 2025 foi reflexo de maiores execuções dos convênios, conforme (Nota Explicativa nº 11).

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cientes	1.070.679,81	1.128.137,34
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa (a)	-538.172,04	-574.788,55
	<u>532.507,77</u>	<u>553.348,79</u>
Recursos a Receber do Tesouro Estadual (b)	2.467.732,26	0,00
	<u>2.467.732,26</u>	<u>0,00</u>
TOTAL	<u>3.000.240,03</u>	<u>553.348,79</u>

A conta de clientes vem sendo sistematicamente monitorada e conciliada ao logo dos meses o que reflete menos inadimplência de vendas a prazo e melhores negociações comerciais para vendas de produtos e serviços. Também se observa acréscimo de recebimentos com cartões e PIX, em

atendimento às demandas comerciais da Assessoria de Negócios Agropecuários (ASAGRO) e disponibilização de máquinas para recebimentos em cartão nas unidades.

O contrato nº 4320000361/530, celebrado com a CEMIG Distribuição S/A, para execução do projeto de P&D CEMIG/ANEEL PD- 169_2023 - D0671 – Desenvolvimento de Sistema de Produção Integrada de Energia Elétrica Fotovoltaica e Alimentos – Agrivoltaico, foi celebrado inicialmente com vigência de 36 meses, com previsão de aporte de recursos inicial da ordem de R\$ 5.693.850,80, reajustados para R\$ 5.924.608,51 em 2024, dos quais R\$ 1.051.644,07 foram executados no mesmo exercício. Em 2025 foi aditivado para possuir vigência total de 53 meses, com previsão de aporte de recursos na ordem de R\$ 12.839.561,34, dos quais R\$ 1.358.326,68 foram executados no exercício de 2025.

(a) Referem-se ao Registro de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) que são expectativas de perdas de ativos devido à inadimplência de alguns clientes. Foram mantidos em saldo valores ajuizados e foram baixados, na Conta Clientes, aqueles títulos incobráveis ou prescritos. Desde o exercício de 2021 a EPAMIG vem adotando novas políticas de cobranças. A Deliberação 846 publicada em 2021 formalizou internamente os procedimentos para recuperação de valores a receber em atendimento à recomendação da Auditoria Externa em seus trabalhos de verificações, e em observação ao Artigo 9º, da Lei 9.430/96. A metodologia visa atender a avaliação da probabilidade de perdas esperadas nos termos dos itens 5.5 da NBC TG 48 (R1) que se baseia no risco de crédito e não apenas na inadimplência. O montante reconhecido para a adoção do novo critério foi o reconhecimento em 2024 de R\$ 94.857,80 adicionalmente ao valor já registrado até 2023. Em 2025 registrou-se a recuperação de créditos no valor de R\$ 7.752,68, novos registros de R\$ 90.196,62 de inadimplentes com mais de 180 dias de atraso no pagamento e R\$ 5.179,44 de estimativa baseado nos registros históricos da Receita Bruta e progressão da inadimplência.

(b) Referem-se ao saldo a receber do Tesouro Estadual. Decorre da Subvenção Governamental para custear as despesas da EPAMIG com Folhas de Pagamentos, Encargos Sociais. O montante a receber do Estado é registrado como uma provisão e baixado pelo recebimento do recurso. O saldo apresentado em 2025 deve-se ao fato do Estado de Minas Gerais, de forma atípica, ter realizado o repasse de recursos para custeio da folha de pagamento em duas etapas, dezembro de 2025 e janeiro de 2026, para melhor adequação ao seu fluxo de caixa.

5. RECURSOS A RECEBER DO ESTADO – CERES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Recursos a Receber do Estado - Ceres - CP	0,00	302.076,63
TOTAL	0,00	302.076,63

A conta tem origem no compromisso que a EPAMIG possui junto ao Plano de Previdência Complementar dos funcionários (Nota Explicativa nº 15). O valor contabilizado representa os recursos que serão repassados pelo Tesouro Estadual destinados a custear a contribuição patronal devida pela EPAMIG. A redução da provisão de 2024 para 2025, curto prazo, ocorre devido a amortização do saldo devedor, do contrato de parcelamento do plano básico. Os registros foram finalizados em fevereiro de 2025.

6. ESTOQUES

No exercício de 2025, a empresa registrou um crescimento em seus estoques, resultado tanto do aumento na produção dos produtos quanto da valorização desses estoques a valor justo em relação a 2024.

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Matéria Prima	(a)	7.274.037,96	7.719.715,82
Material de Uso e Consumo		2.080.390,03	1.802.505,24
Produtos Acabados		3.076.414,86	2.104.049,90
Animais	(b)	7.010.362,81	5.779.508,93
TOTAL		<u>19.441.205,66</u>	<u>17.405.779,89</u>

- (a) Registra-se os estoques de produtos agropecuários originados das culturas mantidas pela EPAMIG, como por exemplo, café, cereais, sementes, mudas e outros. Além de outros insumos e materiais de embalagem da sede e das unidades. Esses produtos são oriundos de projetos de pesquisas da EPAMIG, resultando em produtos melhorados.
- (b) O Estado de Minas Gerais tem grande vocação para o rebanho leiteiro e, atualmente, é o maior produtor de leite no país. Aproveitando dessa vantagem, a EPAMIG desenvolve pesquisas de melhoramento genético de bovinos, entre outros animais. Um caso de sucesso é a produção do F1HZ, animal do cruzamento Zebu/Holandês, resultando em vacas leiteiras e machos para corte.

Os estudos da EPAMIG nos animais resultaram em um excelente ganho de peso e alcançaram condições de abate em idade precoce. A EPAMIG, no intuito de recuperar os investimentos de estudo no rebanho, realiza venda de animais para produtores rurais, através de editais públicos.

Em 2025 os preços do café arábica atingiu patamares nunca alcançados no mercado brasileiro, principalmente por fatores relacionados a baixa produção no Brasil devido e problemas climáticos em outros grandes produtores como Vietnã e Colômbia. De acordo com informações divulgadas pelo Centro de Pesquisas Econômicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (CEPEA), em 2025, a cotação do café arábica (indicador CEPEA/ESALQ) iniciou o ano com o preço de R\$ 2.332,87 por saca de 60 kg, no mercado de São Paulo. Só obteve um leve recuo na fase final da safra com valores de R\$ 1.777,69 por saca em meados de setembro, retomando patamares acima dos R\$ 2.000,00 a saca em agosto 2025. O preço médio dos 12 meses de 2025, segundo dados CEPEA foi de R\$ 2.278,86 a saca de 60 Kg, no estado de SP.

O preço médio do leite (Indicador leite ao produtor CEPEA/ESALQ – R\$/litro, líquido) em Minas Gerais apresentou quedas ao longo de 2025. No início do ano, o valor era de R\$ 2,72, enquanto ao final de 2025, a cotação chegou a R\$ 2,03. Os produtores de leite de Minas Gerais tiveram uma grande dificuldade no setor em 2025, principalmente pelo grande volume de entrada de leite em pó de países vizinhos, com preços inferiores aos praticados no mercado interno.

Os estoques de animais bovinos são atualizados mensalmente, tendo como referência o valor da arroba. O mercado do boi gordo em 2025 apresentou forte tendência de valorização e estabilidade, com preços médios superiores a 2024. O Boi Gordo (indicador CEPEA/B3) em São Paulo iniciou o ano de 2025 cotado a R\$ 324,95, o que representou uma valorização de 27,19% em relação ao início de 2024. As ofertas de bois mais restritas, com volumes altos de exportação de carnes, mantiveram

valores mais alto da @ do boi gordo no ano de 2025 quando comparados ao ano de 2024, com preço médio nos 12 meses de R\$ 314,18 a @ segundo dados CEPEA

Alguns insumos agrícolas, devidamente registrados no estoque como matérias-primas, foram adquiridos com o objetivo de garantir o momento adequado para o plantio. Entre essas aquisições, destacam-se os insumos destinados à adubação. A adubação de cobertura é realizada de forma parcelada durante o período das chuvas, que se estende até março, o que torna imprescindível sua compra antecipada. Além disso, essa aquisição também foi necessária para a implantação da cultura de inverno/safrinha como trigo, milho e sorgo.

7. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

A redução do saldo de R\$ 254.571,94 em 2024 para R\$ 8.894,45 em 2025 foi provocada por valores em trânsito de recursos de investimento da Educação devido a obras em andamento não concluídas no período. Esta conta também é movimentada em casos de reembolsos à EPAMIG seja de multas de infração de trânsito e/ou demais despesas.

8. IMOBILIZADO

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção. As atualizações monetárias foram reconhecidas até 31 de dezembro de 1995. As depreciações foram calculadas pelo método linear, sendo consideradas as taxas que descrevem o tempo de vida útil econômica do bem. Está assim demonstrado:

	Saldo Inicial 31/12/2024	Entradas (I)	Saídas (II)	Saldo Final 31/12/2025 (III) (a)	IPC/BTNF (IV) (b)	%	Depreciação Acumulada (V) (c)	Impairment (VI) (d)	Imobilizado Líquido (a + b - c - d)
Terrenos	1.888.052,51	4.348.555,68	-7.666,94	6.228.941,25	843.308,35		0,00	0,00	7.072.249,60
Edifícios, Benfeitorias e Instalações	24.548.549,97	8.122.345,51	-336.781,17	32.334.114,31	0,00	4%	-13.369.666,77	0,00	18.964.447,54
Máquinas e Equipamentos	40.215.274,48	6.987.021,91	-991.124,76	46.211.171,63	0,00	10%	-20.232.740,36	0,00	25.978.431,27
Computadores e Periféricos	6.731.253,35	1.196.925,75	-297.100,96	7.631.078,14	0,00	20%	-4.353.271,59	0,00	3.277.806,55
Moveis e Utensílios	2.811.826,20	308.664,80	-142.505,93	2.977.985,07	0,00	10%	-1.365.873,65	0,00	1.612.111,42
Veículos	12.465.095,00	607.769,00	-29.041,00	13.043.823,00	0,00	20%	-10.280.795,96	-8.516,73	2.754.510,31
Biblioteca, Mapoteca, Discoteca	63.335,32	63.939,06	-2.558,52	124.715,86	0,00	10%	-64.262,59	0,00	60.453,27
Ativo Biológico	12.650.209,26	293.296,47	-312.392,46	12.631.113,27	0,00	20%	-1.557.467,54	-670.084,17	10.403.561,56
Obras em Andamento	10.590.920,34	13.907.570,43	-6.233.215,05	18.265.275,72	0,00		0,00	0,00	18.265.275,72
IMOBILIZADO TOTAL	111.964.516,43	35.836.088,61	-8.352.386,79	139.448.218,25	843.308,35		-51.224.078,46	-678.600,90	88.388.847,24

(I) Entradas = Registram-se aquisições, recebimentos em doação, transferências entre grupos de contas e entre filiais

(II) Saídas = Registram-se baixas por vendas, perdas, transferências entre grupos de contas e entre filiais

(III) Do saldo final de R\$ 113.966.110,56 do Imobilizado, R\$ 2.001.594,13 refere-se a rubrica Correção monetária Diferença IPC90/BTNF = R\$ 111.964.516,43

(IV) Diferença de IPC/BTNF - Lei 8.200/1991

(V) Do saldo final de R\$ 45.120.011,18 Depreciação, R\$ 1.150.581,59 refere-se a rubrica Correção monetária Diferença IPC90/BTNF = R\$ 43.969.430,19

(VI) Teste Impairment = Conforme CPC-01, ajustar se os bens estiverem registrados contabilmente por um valor superior àquele que pode ser recuperado.

O Ativo Imobilizado teve relevante acréscimo em 2025 quando comparado a 2024 na ordem de 24,55%.

A conta terrenos teve acréscimo em 2025 devido a incorporação de imóvel rural, doado pela União na cidade de Maria da Fé, no valor de R\$ 4.348.555,68.

Os registros de Obras em andamento tiveram acréscimo de 72,46%. Desde 2024, após acompanhamento da ferramenta de Sistema e Gestão Integrada - SGI a EPAMIG conseguiu, retomar as manutenções e reformas prediais que eram obras necessárias para o funcionamento das atividades utilizando também os recursos próprios totalizando R\$ 6.233.215.

Em 2025 foram realizadas obras totalizando R\$ 6.233.215,05, conforme detalhamento a seguir:
 - R\$ 3.449.052,52 com recursos próprios, sendo a maior delas a reforma da área externa da SEDE no valor de R\$ 1.164.738,74;
 - R\$ 2.784.162,53 com recursos da Educação, sendo R\$ 1.025.602,70 no Instituto Candido Tostes (ILCT) (ILCT) e R\$ 1.758.559,83 no Instituto Tecnológico de Agropecuária de Pitangui (ITAP)

No exercício de 2025 foram incorporados bens adquiridos através dos projetos dos Termos de Descentralização Orçamentária (TDCO's) da FAPEMIG, doados pela mesma à EPAMIG, assim descritos:

FUNDAÇÕES DE APOIO	Nº PPE e APQ	DOAÇÕES EM 2025 PELA FAPEMIG Subvenção para Investimento		
		IMOBILIZADO (*)	CONTROLE (**)	TOTAL
CEFET MINAS	00068-24	66.570,32		66.570,32
	00044-21	759.350,00	6.320,92	765.670,92
	06084/24	2.944,00		2.944,00
	00029-24	284.988,00		284.988,00
	00036-21	48.514,69		48.514,69
	00081-24	81.855,56		81.855,56
	00032-24	1.226,89		1.226,89
	00104-22	1.387,29		1.387,29
FADEPE	00066-2	390.683,83	1.890,90	392.574,73
	00038-21	64.998,00		64.998,00
	00040-21	320.136,16		320.136,16
	00041-21	716.847,13	3.500,52	720.347,65
	00043-21	47.599,39		47.599,39
	00033-21	35.960,20		35.960,20
	00052-21	136.263,05		136.263,05
	05922-24	3.437,00		3.437,00
	05937-24	10.443,34		10.443,34
	06076-24	42.258,53		42.258,53
	06033-24	208.879,08		208.879,08
	05878-24	213.679,84		213.679,84
	05871-24	57.639,07		57.639,07
	05868-24	14.970,00		14.970,00

FAPED	00053-22	29.631,76		29.631,76
	00096-22	19.890,00		19.890,00
	00097-22	44.000,00		44.000,00
	00032-24	5.210,00		5.210,00
FCO	00060-22	16.327,00		16.327,00
	00037-22	39.239,24		39.239,24
FEPE	00040-21	512,00		512,00
	00030-23	137.988,79		137.988,79
	00095-23	17.668,65		17.668,65
	00077-23	183.002,20		183.002,20
	00079-23	24.700,00		24.700,00
	00075-23	6.869,90		6.869,90
FUNARBE	00821-22	27.681,00		27.681,00
	000633-24	13.376,86		13.376,86
	00281-13	6.049,00		6.049,00
	01539-14	19.830,00		19.830,00
	00301-16	3.347,72		3.347,72
	03722-14	34.739,78		34.739,78
	00204-17	13.169,89		13.169,89
	00359-13	965,00		965,00
	01152-15	2.174,22		2.174,22
	03727-14	5.487,00		5.487,00
	00018-16	450.614,37	12.247,73	462.862,10
	00066-14	24.927,63		24.927,63
	02338-16	5.486,78		5.486,78
	03737-14	6.185,30		6.185,30
	04412-23	3.462,00		3.462,00
	00040-16	183.484,00	4.748,23	188.232,23
	01479-14	20.925,00		20.925,00
	01845-24	1.475,80		1.475,80
	01412-21	5.382,00		5.382,00
TOTAL		4.864.434,26	28.708,30	4.893.142,56

Notas:

* Bens imobilizados

** Bens que são controlados pelo patrimônio, mas não reúnem os critérios para imobilização

Demais doações recebidas em 2025 foram provenientes de aprovações de prestações de contas de Convênios e adequações ao Decreto Estadual nº 48.745 de 29/12/2023 com registro em contra partida a conta de Receitas de Doação do Poder Público (Nota Explicativa nº 18).

A EPAMIG adota como procedimento revisar o saldo dos ativos mensurados nos grupos de Veículos,

Edificações, Benfeitorias e Instalações, conforme CPC-01. No exercício de 2025, os testes de impairment realizados identificaram a necessidade de ajustes de alguns itens cujo o valor contábil excedia o valor recuperável de seus ativos, sendo necessário o ajuste de R\$ 8.516,73.

Os Ativos biológicos são representados principalmente por cafezais e bovinocultura. Os cafezais são utilizados para produção de café e pesquisas de aprimoramento. As lavouras de café estão localizadas Campo Experimental na região de São Sebastião do Paraíso, Três Pontas, Patrocínio e Machado. A bovinocultura, atividade pecuária destinada a criação de gado, está dividida em leite e corte (produção de carnes), para pesquisas na área da bovinocultura. Com as pesquisas é possível o aprimoramento de técnicas para criação de bovino, com múltiplas finalidades, desenvolvidas nos Campos Experimentais de Uberaba e Felixlândia.

Desde 2022, a companhia incorporou os cafezais (lavoura de café) dos Campos Experimentais de Café aplicação do CPC 29 Ativo Biológico, sendo a contrapartida na conta do Patrimônio Líquido, encontra-se registrada na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial, conforme (Nota Explicativa nº 19). As depreciações são reconhecidas pelo tempo de vida útil.

A EPAMIG adota como procedimento revisar o saldo dos ativos biológicos referente aos cafezais, plantas permanentes e em formação, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução do valor recuperável, (Teste *Impairment*). Em 2025, foi identificado através do laudo técnico que o valor contábil excede o valor recuperável de seus ativos, assim, houve o registro da perda na conta de impairment no valor de R\$ 670.084,17.

Em 2025 ocorreram baixas de 2640 pés de videiras no campo Experimental de Caldas, conforme relatório apresentado pela Assessoria de Negócios Agropecuários – ASAGRO, devido a fatores bióticos (organismos vivos) e abióticos (ambientais) no valor de R\$ 162.724,32. Também ocorreram baixas de 3160 pés de videiras na unidade de São Sebastião do Paraíso no valor de R\$ 106.618,40 e incorporações de 192 videiras na mesma unidade no valor de R\$ 6.478,08. Os registros foram realizados baseado em laudo técnico, elaborado por especialistas da EPAMIG, mensurado pelo valor justo, de acordo com as aplicações do CPC 27 e CPC 29 e orientações da auditoria externa.

Parte dos bovinos foram transferidos da conta de estoque para o grupo de Ativos Biológicos em 2021, de acordo com o propósito de produção de matrizes, de reprodutores, de animais de trabalho, dentre outros.

O ativo biológico, relacionados à bovinocultura consta de 41 animais. Os quantitativos e valores de 2025 permanecem sem alterações em relação a 2024, após testes de impairment realizados, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	MÉDIA @	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Novilha Acima de 36 meses - GIR PO	12	16	3.485,43	55.766,88
Vaca - GIR PO	13	19	3.910,36	74.296,84
Touro - GIR PO	15	6	4.599,57	27.597,42
TOTAIS	40	41	11.995,36	157.661,14

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

A conta Salários e Encargos Sociais representam os valores a pagar de salários que são provisionados em regime de competência e pagos no 5º dia útil do mês subsequente e de encargos pagos em seus respectivos prazos de vencimentos.

A provisão para férias é constituída mensalmente em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridos e proporcionais dos colaboradores acrescidos dos respectivos encargos sociais.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários e Encargos Sociais a Pagar	6.310.133,52	6.335.997,44
Provisões para Férias + Encargos	10.071.755,85	9.477.299,44
TOTAL	<u>16.381.889,37</u>	<u>15.813.296,88</u>

10. TRIBUTOS A RECOLHER

Compreendem as obrigações da EPAMIG perante os entes federativos, relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimentos a recolher até o final do exercício seguinte.

Os tributos são reconhecidos pelo regime de competência e mensurados com base na legislação tributária vigente na data das demonstrações contábeis.

Os saldos registrados correspondem, substancialmente, a tributos próprios e a tributos retidos na condição de responsável tributário, com vencimento até o exercício seguinte. O grupo é composto pelos seguintes valores:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ICMS / IPI / FEM a Recolher	9.208,27	15.602,59
IRRF a Recolher	1.595.633,80	1.642.564,58
PIS a Recolher	0,00	0,00
COFINS a Recolher	0,00	0,00
IRPJ a Recolher	0,00	253.272,06
CSLL a Recolher	0,00	179.374,14
INSS a Recolher	308.471,99	130.647,83
PIS COFINS e CS Retidos a Recolher	69.622,73	65.826,77
Tributos Municipais a Recolher	61.993,66	44.081,69
IRPJ - Exibilidade Suspensa Medida Judicial	606.555,19	0,00
TOTAL	<u>2.651.485,64</u>	<u>2.331.369,66</u>

Imunidade Tributária: Em julho de 2025, a EPAMIG obteve decisão favorável do Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da Ação Cível Originária nº 3713, reconhecendo a imunidade tributária prevista no art. 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal relativamente aos impostos federais incidentes sobre patrimônio, renda e serviços.

Em decorrência dessa decisão, houve a suspensão da exigibilidade dos impostos federais abrangidos pela imunidade, notadamente o IRPJ. Os valores recolhidos (IRPJ, IPI e ITR) dos últimos 5 anos, são objeto de pedido de restituição por via judicial.

Permanecem exigíveis as contribuições sociais (CSLL, PIS e COFINS), bem como os tributos retidos na condição de responsável tributário, por não se enquadrarem no alcance da referida imunidade.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): O saldo de IRRF a recolher representa a principal obrigação, composto majoritariamente por retenções incidentes sobre folha de pagamento e serviços prestados por pessoas físicas (sem vínculo empregatício) e jurídicas. A EPAMIG atua como responsável tributária pela apuração e recolhimento desses valores ao fisco.

Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ): No contexto federal, os tributos sobre o lucro são apurados no regime fundamentado no regime Lucro Real Mensal Estimativa, e reconhecidos dentre os regramentos legalmente exequíveis, nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados.

São considerados os cenários comerciais (vendas de produtos e serviços), tributários, custos operacionais e ganhos de capitais além de potenciais diluíveis na formação de bases mensuráveis de apuração.

Com o reconhecimento do montante de IRPJ com exigibilidade suspensa, ocorreu a discussão administrativa formalizada junto à Secretaria da Receita Federal, conforme despacho nº 10641-205198/2025-91. Os valores recolhidos no 1º semestre de 2025, foram submetidos para restituição via processo judicial.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): A CSLL permanece sujeita à tributação, por se tratar de contribuição social não alcançada pela imunidade constitucional. A variação comparada em 2024 reflete, principalmente aos efeitos da Lei nº 14.789/023 (Subvenções), impactos do planejamento tributário e variações nas despesas de depreciação e resultados contábeis (Nota explicativa nº 12).

PIS, COFINS e CSRF: As contas das contribuições sociais do Programa de Integração Social (PIS) a Recolher e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a Recolher incidem sob os regimes: cumulativo (com base na receita bruta sem deduções) e não cumulativo (com desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos) conforme lei 10.637/2002 e lei 10.833/2003.

No exercício, não foram apurados saldos a recolher, em função da natureza das operações realizadas e da sistemática de apuração aplicável à entidade.

Quanto as Contribuições Sociais Retidas na Fonte (PIS/COFINS/CSRF), tocante às retenções efetuadas, na alíquota de 4,65%, sobre pagamentos a fornecedores, conforme legislação aplicável, nas quais a EPAMIG atua como responsável tributária pelo recolhimento.

ICMS, IPI e FEM (ou FCP): A EPAMIG é contribuinte do ICMS no regime de débito e crédito, em razão de suas atividades econômicas. O saldo a recolher contempla: operações próprias, diferença de alíquotas, substituição tributária e adicional destinado ao Fundo de Erradicação da Miséria (FEM) ou Fundo de Combate à Pobreza (FCP).

Destaca-se a utilização de créditos de ICMS do ativo permanente (CIAP), conforme previsto nos artigos 31 e 32 do Decreto nº 48.589/2023 (RICMS/MG), apropriados à razão de 1/48 avos mensais, o que contribuiu para a redução do valor a recolher no exercício de 2025.

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a recolher é apurado conforme artigo 153, IV da CF 1988 e regulamentado pelo Decreto nº 7.212/2010, e atualizações do Decreto nº 11.158/2022.

Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário (TDCO): Desde 2023, as operações relativas à circulação de bens e mercadorias com o intermédio das Fundações de Apoio, fundamentam-se no inciso VII do artigo 29 da Lei 13.303/2016 para os Termos de Descentralizações de Créditos Orçamentários (TDCO), sendo executadas nos moldes da consulta do contribuinte nº 128/2023 – Divisão de Orientação Tributária/DOLT/SUTRI da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais.

Termo de Outorga (TO): Em 2025 a liberação de recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG se deu através de Termos de Outorga (TO), com liberação de recursos para Fundações de Apoio devidamente credenciadas.

INSS a Recolher: A incidência da contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher sobre Cessão Mão de Obra e/ou Empreitada e está regulamentado pela Lei nº 9.711 de 20 de novembro de 1998, que define a obrigatoriedade de retenção pela empresa contratante de serviços de mão-de-obra ou empreitada, de 11% (onze por cento) sobre o valor total dos serviços contidos na nota fiscal, fatura ou recibo emitido pelo prestador (contratada). O aumento de 2025 em relação a 2024 se deu em virtude do contrato com a empresa MGS Minas Gerais Administração e Serviços e outras obras realizadas.

Os principais serviços sujeitos à retenção pela EPAMIG estão previstos nos Art. 111 e 112 da Instrução Normativa nº 2.110/22. O saldo de INSS compreende, principalmente, da ampliação de contratos de prestação de serviços, incluindo aqueles firmados com a MGS e execução de obras.

Tributos Municipais: Na conta de Tributos Municipais a recolher, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) em consonância à Lei Complementar nº 116/2003, estabelece que o tomador (quem contrata o serviço) é responsável pelo crédito tributário, e executa a retenção e recolhimento integral do imposto devido.

As alíquotas variam entre 2% a 5%, conforme a legislação municipal. A EPAMIG é responsável tributária a proceder à retenção do imposto de acordo com as atividades previstas no Art. 3º da referida lei e Art. 20 da Lei Municipal da Prefeitura de Belo Horizonte nº 8.725/03.

Além disso, a composição do saldo advém do ISSQN sobre operações próprias decorrentes de serviços prestados pela EPAMIG, tais como análises e testes técnicos, treinamentos e avaliação de conhecimentos, pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza, atividades relacionadas a congressos, feiras e eventos e serviços de beneficiamento e industrialização.

O aumento de 2025 em relação a 2024 se deu em virtude da execução do nº 4320000361/530, celebrado com a CEMIG Distribuição S/A, para execução do projeto de P&D CEMIG/ANEEL PD-169_2023 - D0671 – Desenvolvimento de Sistema de Produção Integrada de Energia Elétrica Fotovoltaica e Alimentos – Agrivoltaico.

As contas são conciliadas mensalmente e seus respectivos saldos estão relacionados às responsabilidades fiscais da empresa, observando a legislação vigente e os efeitos das decisões judiciais aplicáveis.

11. CREDORES POR CONVÊNIOS

Observa-se em 2025 uma maior e crescente execução dos convênios de maneira geral. Destacam-se os convênios de maiores relevâncias financeiras conforme abaixo descritos:

		<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Embrapa 967828/2024	a	473.695,39	687.071,21
Embrapa 967988/2024	b	100.723,37	410.321,58
BNB Fundeci - Bovinocultura 0023/2023	c	142.137,54	217.061,81
MAPA 858773/2017	d	81.417,62	159.337,35
Embrapa 888689/2019	e	0,00	474.857,42
MAPA 901234/2020	f	168.977,39	236.670,91
Ministerio da Pesca Conv. 964894/2024	g	324.437,15	0,00
Embrapa PAC 2024 969609/2024	h	1.153.003,33	0,00
Outros Convênios	i	152.264,98	306.488,54
TOTAL		<u>2.596.656,77</u>	<u>2.491.808,82</u>

Os recursos dos convênios têm como objetivo:

a) Convênio: 967828/2024 - EMBRAPA 2024 - Desenvolver soluções tecnológicas para a inovação da cafeicultura do estado de Minas Gerais, a partir de estudos científicos voltados para atender as demandas do Consócio Pesquisa Café, refletidas nos desafios de inovação. Convênio firmado em 22/10/2024, com valor global de R\$ 4.005.000,00 e vigência até 10/12/2028. Regida na Portaria Interministerial nº 33/2023 e repasse inicial de R\$ 600.036,00, sua execução foi R\$ 259.744,25 até 31/12/2025, sendo R\$ 255.312,75 em 2025.

b) Convênio: 967988/2024 – EMBRAPA INVESTIMENTO - Equipar os Campos Experimentais da EPAMIG em suporte ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para a inovação da cafeicultura do Estado de Minas Gerais, a partir de estudos científicos em atendimento às demandas do Consócio Pesquisa Café. Regida pela Portaria Interministerial nº 33/2023 e liberação integral dos recursos financeiros, no valor de R\$ 408.200,00 e sua execução no ano de 2025 foi de R\$ 329.950,00.

c) Convênio: 0023/2023 - BNB FUNDECI – Bovinocultura no Semiárido Mineiro: Unidades Demonstrativas de Alternativas Forrageiras Perenes e Anuais – Difundir alternativas de forrageiras perenes e anuais para bovinocultura no Território Serrado e Talhado. Convênio firmado em 29/12/2023, com valor global de R\$ 513.408,64 e prorrogado até 29/12/2026. A sua execução está regida pelo Edital FUNDECI 01/2022 - Desenvolvimento Territorial - Difusão Tecnológica. Ocorreu a liberação da 1ª parcela de R\$231.300,79 em 03/2024 e execução de R\$ 108.951,61 até 31/12/2025, sendo em 2025, o valor R\$ 79.456,19.

d) Convênio 858773/2017 - MAPA 2017 CAFÉ CONILON - Expansão Do Café Conilon Na Região Leste Do Estado De Minas Gerais. Convênio firmado sob a égide da Portaria interministerial nº 424/2016, com execução de 99,85%, R\$403.431,33, até 31/12/2025, sendo em 2025, o valor de R\$ 85.615,21 e com vigência prorrogada para 30/06/2026.

e) Convênio 888689/2019 - EMBRAPA 2019 - a inovação da cafeicultura do estado de Minas Gerais, a partir de estudos científicos focados em atender as demandas do Consócio Pesquisa Café, refletidas nos desafios de inovação: 01 “Melhoramento focado em qualidade e resistência a fatores bióticos e abióticos”, 02 dos bancos ativos de germoplasma das Instituições do Consócio Pesquisa Café”, 03 “Adaptabilidade e estabilidade de produção de cultivares para indicação em microrregiões produtoras”, 04 – “Racionalização e otimização do uso da água”, 05 relacionados às mudanças climáticas e sistemas de produção de café” e 06 – “cafeicultura de precisão”. A sua execução está regida pela Portaria Interministerial nº 424/2016. A execução de R\$ 2.990.823,00 foi concluída em 08/2025, correspondente a 100% do valor global, sendo executado R\$ 462.760,78 em 2025.

f) Convênio 901234/2020 - MAPA 2020 - Fomentar e Ampliar as Redes de Comercialização da Agricultura Familiar Mineira, suas Cooperativas e Agroindústrias - firmado sob a égide da Portaria interministerial nº 424/2016, foi encerrado com execução de 86,7% até 31/12/2025, sendo executado, em 2025, o valor de R\$ 83.613,59.

g) Convênio: 964894/2024 - MPA 2024 - Aquisição de equipamento e material de consumo para fomento à pesquisa, capacitação e extensão para o cultivo de peixes e operação de consórcios. Convênio firmado em 30/12/2024, com valor global de R\$ 495.811,22 e vigência até 30/06/2027. O repasse integral foi realizado em 09/07/2025 e foi executado R\$ 192.256,33 até 31/12/2025.

h) Convênio: 969609/2024 - PAC 2024 - Aquisição de equipamentos para modernização e automação dos Campos Experimentais da EPAMIG. Convênio firmado em 21/05/2025, com valor global de R\$ 2.234.550,00 e vigência até 21/05/2026. O repasse integral foi realizado em 05/08/2025 e executado R\$ 939.550,00 até 31/12/2025.

i) Outros convênios: O saldo da conta reflete a junção de outros convênios tais como (no exercício de 2025):

918141/2021 – EMBRAPA - R\$ 85.615,21;

915953/2021 – MAPA – R\$ 9.443,84;

090/2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA - R\$ 8.257,20;

091/2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO VALE - R\$ 297,78;

110/2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANDAÍ - R\$ 180,60;

112/2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO VASCONCELOS - R\$ 4.954,32.

12. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

A EPAMIG apresentou ingresso de parcelamento tributários no exercício de 2025, no valor original de R\$ 197.504,50, parcelado em 24 vezes.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CURTO PRAZO		
CSLL Março 2025	85.173,82	0,00
	85.173,82	0,00
LONGO PRAZO		
CSLL Março 2025	56.782,53	0,00
	56.782,53	0,00
TOTAL	141.956,35	0,00

DETALHAMENTO DO PARCELAMENTO	Parcelamento Simplificado
Data de concessão	14/08/2025
Quantidade de parcelas na adesão	1 + 24
Taxa de juros	SELIC
Período de apuração da dívida	Março / 2025
Data do último pagamento	Dezembro / 2025
Dívida na época da adesão	R\$ 189.275,15
Saldo devedor em 31/12/2025	R\$ 141.956,35

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2025	31/12/2024
Recursos Investimentos Educação	1.223.376,45	27.254,73
Recursos Pró-Pequi - Seapa	433.824,30	490.902,41
Credores Diversos	148.446,44	266.112,34
Parcelamento de Ações Judiciais	250.000,00	4.500,00
TOTAL	2.055.647,19	788.769,48

Os recursos de investimento da Educação são registrados nessa conta como contrapartida da conta bancos, pelo recebimento do Recurso repassado pelo Estado. Posteriormente será baixado pelo registro da Subvenção reconhecida pelo Regime de competência na conta receita diferida subvenção.

Os recursos Pró-Pequi – SEAPA, foram recebidos em 2020 repassados pelo Estado na Conta Recursos Especiais a Aplicar Pró-Pequi, de que trata o art. 5º da Lei nº13.965, de 2001. Tal conta trata de um fundo resultante do recolhimento de recursos ao Tesouro do Estado, como compensação à supressão de pequizeiros devidamente autorizada por órgão ambiental, conforme a lei.

Os recursos serão aplicados nos estudos das causas Bióticas e Abióticas da mortalidade de pequizeiros no norte de Minas Gerais e estratégias de manejo, manutenção da diversidade da qualidade, conforme Ofício SEAPA/APA nº. 181/2020, 29 de maio de 2020, SEI 1230.01.0004288/2019-22, documento (14845645).

Até o final de 2025, já foram executados 45% do projeto, e existem contratos assinados e autorizações de fornecimento no montante de R\$ 74.772,29. A sua execução prevê maior volume de recurso para diária de viagens que é executada à medida do acompanhamento e monitoramento da pesquisa.

O saldo da Conta Credores Diversos é composto por valores a serem repassados para Associações de empregados de um mês para o outro, prestação de contas de diárias de viagens a reembolsar, e depósitos a serem identificados.

Parcelamento de Ações Judiciais processo judicial ação trabalhista 10525-07.2025.5.03.0018 a ser pago em 5 parcelas, iniciando o pagamento em 01/2026.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os processos de natureza cível e trabalhista em que a EPAMIG figura como Ré, são avaliados pela área jurídica e classificados, de acordo com o grau de risco de saída de recursos da empresa, como remota, possível e provável, conforme NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As revisões dos riscos são ajustadas a cada trimestre do exercício para que sejam mantidos os registros mais próximos da realidade processual. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- Saída de recursos = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa
- Saída de recursos = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa
- Saída de recursos = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

Saída de recursos – Provisionadas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contingências Cíveis	4.122.936,65	1.237.700,53
Contingências Trabalhistas	2.028.042,36	2.416.250,50
TOTAL	<u>6.150.979,01</u>	<u>3.653.951,03</u>

As provisões apresentam saldo de 2025 em elevação quando comparado a 2024 com maior reflexo nas ações cíveis.

Provisões Cíveis: Do saldo de R\$ 4.122.936,65 apresentado registra-se a de maior relevância a ação movida pela empresa Vinícola Alma Mineira Ltda, no valor de R\$ 2.804.000,00, seguida pela ação do Ministério Público 73265/15 no valor de R\$ 1.000.000,00 registrada em 2022.

Provisões Trabalhistas: Do saldo de R\$ 2.028.042,36 apresentado, registra-se a ação movida pelo Senge/MG 10904/21 anteriormente avaliada em R\$ 763.473,99, seguida pelo processo 10539/21 Ana Júlia R.S e outro no valor de R\$ 600.000,00 como sendo os maiores entre o grupo.

Saída de recursos – Não Provisionadas

Em 31/12/2025, consideram-se dois processos judiciais de risco possível para processo trabalhista estima-se o valor total de R\$ 1.015.000,00 sendo o maior deles o processo Nº 0001981-45.2011.5.03.0107 do SENGE/MG que perfaz o montante de R\$ 1.000.000,00.

Assim, as causas trabalhistas correspondem predominantemente a ações judiciais demandadas por ex-empregados e empregados vinculados à empresa ou terceirizados e as causas cíveis, revelam maior vinculação com a natureza da atividade exercida pela companhia.

15. OUTRAS PROVISÕES

A EPAMIG, de acordo com as suas políticas de benefícios a empregados, é uma das patrocinadoras da CERES - Fundação de Seguridade Social, que concede suplementações de aposentadoria em relação aos da Previdência Social.

Em 2025 a EPAMIG na qualidade de Patrocinadora, demonstrou em seu Passivo o pagamento da obrigação que possuía junto a Ceres relativa ao Plano Básico da Previdência Complementar, nos termos do Contrato Especial de Parcelamento de Compromisso, assinado em 07/2007, não sendo necessário realizar em 2025 a composição dos valores contratados.

Em 2025 houve a reversão da provisão para perdas na produção do vinho, no valor de R\$ 815.010,21, e o registro de provisão para o processo judicial da ação movida pela empresa Vinícola Alma Mineira Ltda, no valor de R\$ 2.804.000,00 (Nota Explicativa nº 14).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ceres Parcelamento Plano Básico - CP	0,00	302.076,63
Vinicultores Epamig Caldas - LP	0,00	815.010,21
TOTAL	0,00	1.117.086,84

16. RECEITAS DIFERIDAS

As receitas diferidas que foram registradas em 2025 e em 2024 estão em conformidade com o CPC - 07, onde orienta que o registro da Subvenção Governamental deve ser realizado como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistêmica. Sendo assim, até que sejam atendidos os requisitos para reconhecimento das receitas, são lançadas em conta específica do passivo.

A abertura da conta específica foi criada em 2024, para aderência ao plano de contas da receita federal sendo registrada no passivo não circulante. Também foi necessário para melhoria dos controles do crédito fiscal do IRPJ, base da subvenção para investimento, conforme Lei 14.789/2023, de 29 de dezembro de 2023.

Em 2025, visando garantir maior aderência ao tratamento do CPC-07, foram alocadas em contas específicas as demais subvenções recebidas e gerenciadas pela EPAMIG.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Subvenções Investimentos Educação	1.763.018,06	2.074.383,74
Subvenções Invest. Educação Habilitada	5.901.665,93	1.318.711,68
Subvenções Invest. Educação H. Obras	15.020.592,57	6.590.000,08
Subvenções Invest. Doação União	4.353.594,95	0,00
Subvenções Invest. Doação Fapemig	4.664.319,78	0,00
Subvenções Invest. Emendas Parlamentares	350.000,00	0,00
Subvenções Invest. Convênios Imobilizado	1.437.887,97	0,00
Subvenções - Convênios Estoque	514.082,88	0,00
TOTAL	34.005.162,14	9.983.095,50

17. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPAMIG, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 31.600.000,00 dividido em 20 milhões de quotas integralizadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, empresa pública estadual, com sede em Belo Horizonte, conforme demonstrado a seguir:

	QUANTIDADE	VR NOMINAL	TOTAL	%
Governo do Estado de Minas Gerais	19.998.000	1,58	31.596.840,00	99,99%
Emater	2.000	1,58	3.160,00	0,01%
TOTAL	20.000.000		31.600.000,00	100,00%

18. RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros está composta pelos valores decorrentes de subvenções para investimentos e as doações feitas pelo Poder Público. Em consonância com o Art. 30 da Lei 12.973/2014, legislação vigente até dezembro de 2023, as subvenções para investimentos e as doações feitas pelo Poder Público, reconhecidas no resultado com observância das normas contábeis, não eram computadas na determinação do lucro real, desde que registradas em reserva lucros a que se refere ao Art. 195-A da Lei nº 6.404/1976. Em 2024, com as alterações promovidas pela Lei 14.789/2023, de 29 de dezembro de 2023, houve a revogação dos Artigos citados. Logo, em 2024, e em 2025 não houve a constituição das reservas, mantendo portanto o mesmo saldo do período anterior, assim descrito:

	31/12/2025	31/12/2024
Reservas de Lucros	47.520.835,11	47.520.835,11

Para a constituição de Reserva de Lucros, conforme disposto no Art. 30 da Lei 12.973/2014, a pessoa jurídica deveria recompor a reserva à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes, porém o referido Art. foi revogado pela Lei 14.789/2023, de 29 de dezembro de 2023.

As Receitas de Doações do Poder Público registram aprovações de prestações de contas de projetos e convênios. As Subvenções registram os recursos recebidos da Secretaria de Estado de Educação para aplicação em investimentos. Estão assim demonstradas:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Doações do Poder Público	795.003,16	5.567.946,98
Receita de Subvenções para Investimentos	635.397,37	296.714,81
Receita de Subvenções para Investimentos Hab.	363.112,64	49.848,55
TOTAL	1.793.513,17	5.914.510,34

A conta Receita de Doações do Poder Público registra as aprovações de prestações de contas de convênios e projetos podendo ter sua contrapartida em conta do Imobilizado para bens e de aquisições de bens de pequeno valor. Os bens foram detalhados na (Nota Explicativa nº 8), demais valores encontra-se registrado em outras contas.

As receitas de subvenção para investimento estão registradas em contas específicas visando controlar os saldos de créditos fiscais após a habilitação na Receita Federal, Lei 14.789/2023, de 29 de dezembro de 2023.

19. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em 2025 foi emitido novo laudo técnico conforme recomendação da Auditoria Externa, que promoveram alterações nas informações dos Ativos Biológicos do café. Em 2024, foram realizadas novas incorporações ao Ativo de oliveiras e parreirais. Os registros da Lavoura de Café – Campos Experimentais de Café foram atualizados em 2025, conforme (Nota Explicativa nº 8).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	10.780.998,37	11.607.621,95

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Destaca-se leve queda no volume de vendas de produtos e serviços totais de 2025 em relação a 2024 que foi de 5,03%.

A Receita com Vendas de Produtos: Apresentou crescimento de 17,95% em relação a 2024. A venda de produtos Industrializados apresentou uma variação de 40,42% em 2025 comparado a 2024. Sendo, neste subgrupo, o maior destaque para as receitas de café torrado em pó, que impulsionou as vendas em 111% e vinho que apresentou 46,68%. A venda do Café grão aumentou em 17,41%. Em novembro e dezembro de 2025, foi comercializado, uma parte do estoque de café para compensar a não arrecadação em outros grupos de receita visando garantir a meta da receita geral da EPAMIG. A decisão estratégica da Diretoria de Administração Finanças, de vender o estoque foi baseada no monitoramento do orçamento, através da ferramenta de Gestão do SGI, que permitiu que fosse possível identificar a necessidade da decisão para atingir a meta da receita no exercício. Sementes, leite in natura e cereais também se destacaram na comercialização dos produtos de 2025. Compõem este grupo as receitas de vendas de mudas, produtos lácteos.

As Receitas com Venda de Animais: tiveram uma queda em 2025 de 11,34%, devido a variação de preços ao longo do exercício de 2025, conforme (Nota Explicativa nº 5).

As Receitas com Venda de Serviços: Houve queda de 53,43% em 2025 devido ao fato do evento do Minas Láctea corrido na filial de Juiz de Fora ser realizado bianualmente e também pela ausência do evento Expocafé. Apesar deste efeito, houve aumento de 24,23% no grupo de análises e pesquisas motivado pelo aumento da execução do contrato nº 4320000361/530, celebrado com a CEMIG Distribuição S/A, para execução do projeto de P&D CEMIG/ANEEL PD- 169_2023 - D0671 – Desenvolvimento de Sistema de Produção Integrada de Energia Elétrica Fotovoltaica e Alimentos – Agrivoltaico, conforme Nota Explicativa nº 4)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita com Venda de Produtos	11.013.786,86	9.338.041,83
Receita com Venda de Animais	1.524.009,05	1.718.967,06
Receita com Venda de Serviços	1.959.307,61	4.207.474,46
	14.497.103,52	15.264.483,35
DEDUÇÕES DA RECEITA		
Devoluções, Cancelamentos e Descontos	-218.015,83	-113.186,13
ICMS, IPI, FEM	-156.531,87	-90.594,02
ISSQN	-86.870,31	-60.261,46
PIS	-112.477,43	-148.747,05
COFINS	-518.073,45	-685.143,47
	-1.091.968,89	-1.097.932,13
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13.405.134,63	14.166.551,22

21. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Registra-se as baixas de estoques referentes, especificamente às vendas de produtos, resultado das pesquisas e dos experimentos da empresa. Os custos acompanharam o esforço para geração de receitas e estão assim descritos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Custo dos Produtos Agropecuários	6.832.355,17	6.496.235,97
Custo das Revistas de Publicações	32.787,80	25.718,97
Custo dos Animais Vendidos	1.169.562,58	1.397.539,70
Custo dos Produtos Industrializados	1.068.724,49	1.104.901,41
Perdas de Produtos	35.634,75	76.632,19
TOTAL	9.139.064,79	9.101.028,24

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Registram-se neste grupo de despesas os gastos gerais pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa. São constituídos de várias atividades gerais que geram benefício para realização do objeto social da Empresa.

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com Pessoal	89.193.817,45	85.915.681,11
Material de Consumo	11.777.005,38	9.483.729,73
Serviços de Terceiros	22.386.982,53	17.160.278,57
Despesas Gerais	12.287.225,52	11.076.150,77
Depreciações e Amortizações	6.530.959,43	5.943.430,48
TOTAL	142.175.990,31	129.579.270,66

O aumento das despesas com pessoal em 2025, em comparação a 2024, se deve ao crescimento vegetativo da folha de pagamento, incluindo anuênios e progressões horizontais, bem como da contratação de 19 assessores no período.

A conta Material de Consumo teve aumento de 24,18% devido a maior fluidez nos processos de compras de 2025 em relação a 2024. As despesas com maior representatividade neste grupo, foram: Preventivos, Defensivos e Fertilizantes com aumento de 34,11% e, Forragens, Rações e Suplementos com aumento de 26,38% devido as variações dos preços de mercado. Destaca-se também aumento de 156,45% na conta de peças para manutenção de veículos e 42,88% na conta de peças para máquinas, sendo manutenções necessárias ao funcionamento das instalações da empresa, demandas que ficaram represadas em 2024 para a adequações contratuais e executadas em 2025. Destacam-se neste grupo, quando analisadas contas detalhadas, acréscimos nas despesas ferramentas, instrumentos e utensílios em 2025, em 95,83%.

A conta Serviços de Terceiros foi impactada pela contratação de empresa terceirizada, com contrato 225/2024 da MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S.A., devido a aprovação na Comitê de Orçamento e Finanças (COFIN) para contratação de serviços de Segurança, tratoristas, faxineiros, transporte para funcionários até algumas fazendas de difícil acesso, uma variação de 25 postos a mais em 2025 relação a 2024 e reajustes ocorridos nas categorias, em compensação com as reduções financeiras provocadas pelo Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

As Despesas Gerais apresentaram aumento em 2025, em relação a 2024. Tal fato se justifica devido ao aumento na conta do programa de alimentação em 18,72% conforme repactuação no valor do vale alimentação ocorrida em 2025.

A conta de Depreciações e Amortizações foi impactada pela incorporação dos bens em doações da FAPEMIG, pelas prestações de contas de convênios aprovadas no final de 2025 e também pela depreciação de aquisições diversas realizadas com recursos da Educação, conforme (Nota Explicativa nº 8).

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Compõe este grupo as receitas recebidas pela EPAMIG para subsidiar as atividades da empresa, recebidas por meio de repasse do Governo de Minas Gerais para custeio de folha de pagamento. São registrados também os aumentos de ativos decorrentes do nascimento de animais, a evolução deles e incorporações ao estoque de produtos agropecuários avaliados ao valor justo. Em 2025 houve uma maior incorporação de animais por nascimentos de 188,16%. As incorporações dos Produtos Agrícolas tiveram alta de 17,03% e 27,31 na avaliação dos produtos agrícolas a mais em relação a 2024. As subvenções para investimentos são reconhecidas conforme CPC -07, (Nota Explicativa nº 16).

		31/12/2025	31/12/2024
Transferências de Recursos do Estado	(a)	117.012.857,38	107.814.303,38
Doações do Poder Público	(b)	795.003,16	5.567.946,98
Subvenções Para Investimentos	(c)	635.397,37	296.714,81
Subvenções Investimentos Hab.	(d)	363.112,64	49.848,55
Recursos de Convênios Poder Público		172.036,99	755.622,25
Superveniências Ativas		15.495.292,80	13.384.528,36
Outras Receitas Operacionais		1.084.689,17	660.612,60
TOTAL		135.558.389,51	128.529.576,93

Também compõem o saldo deste grupo os recursos recebidos de emendas parlamentares e doações do poder público.

(a) Registra-se nesta conta os recebimentos de recursos para honrar o pagamento de salários, e em despesas com serviços de terceiros e parte de despesas gerais, conforme (Nota Explicativa nº 22).

(b) Registra-se nesta conta aprovação de prestação de contas de convênios e demais recebimentos de bens de projetos de pesquisas, cujas empresas parceiras sejam públicas. Maior detalhamento na (Nota Explicativa nº 8).

(c) Registra-se nesta conta os recebimentos de recursos para aquisições em Ativo Imobilizado, recursos para investimentos da fonte Tesouro – Educação. (Nota Explicativa nº 8).

(d) Registra-se nesta conta os recebimentos de recursos para aquisições em Ativo Imobilizado, recursos para investimentos da fonte Tesouro – Educação, para controle do crédito fiscal após habilitação na Secretaria de Receita Federal.

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Insubstituições Ativas	1.874.913,32	1.770.646,15
Perdas de Produtos	90,73	19.421,85
Perdas de Animais	81.084,91	189.265,80
TOTAL	1.956.088,96	1.979.333,80

As Insubstituições Ativas registram as diminuições de ativos decorrentes da avaliação de animais e de produtos agropecuários ao valor justo, conforme (Nota explicativa nº 6).

As Perdas de Produtos registram as diminuições de ativos decorrentes de perecimentos ou demais casos fortuitos.

As Perdas de Animais registram as diminuições de ativos decorrentes da morte e/ou desaparecimento de animais. A redução de mortes de 2025 em relação a 2024 teve como principal fator estratégico a contratação de veterinários e compras de medicamentos de forma mais ágil, após o credenciamento da empresa para realizar as aquisições.

25. RESULTADO CONTÁBIL DO PERÍODO

O resultado contábil líquido em 31 de dezembro de 2025 foi um Lucro no valor de R\$ 182.586,75, enquanto no mesmo período do exercício de 2024 foi um Lucro de R\$ 2.487.805,84. Os principais fatos que explicam a variação no resultado de 2025 estão abaixo listadas:

- Venda de Imóvel no valor de R\$5.520.000,00 realizado em 26/03/2025.
- Recebimento de recurso do Tesouro Estadual para pagamento contra partida de Convênio de R\$ 50.916,22;
- Recebimento de R\$ 350.000,00 referente a Emendas Parlamentares;
- Recebimento de recursos do Tesouro Estadual para pagamentos de safristas no valor de R\$ 1.919.556,46;
- Recebimento de recursos do Tesouro Estadual referente a aprovações de recursos de economia do PDV para contratação de empresa terceirizada através do Ofício Cofin n.º 0865/2020 no valor de R\$ 11.287.273,67;
- Recebimento de recursos do Tesouro Estadual referente verba Constitucional da Educação para implantação e execução dos cursos superiores, totalizando R\$ 20.080.419,82 sendo R\$ 5.738.423,88 para Custeio e R\$ 14.341.995,94 para Investimento;
- IRPJ e CSLL devida antes das compensações no valor de R\$ 617.863,98;

- Provisão para risco provável de ação cível da empresa Vinícola Alma Mineira Ltda, no valor de R\$ 2.804.000,00;
- Receita Diferida de Subvenções para Investimento no valor de R\$ 34.005.162,14 em 2025.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

Diretora Presidente
CPF 423.581.916-04

TRAZILBO JOSÉ DE PAULA JÚNIOR

Diretor de Pesquisa e Inovação
CPF 862.417.537-20

LEONARDO BRUMANO KALIL

Diretor de Administração e Finanças
CPF 546.001.036-53

WALLERSON ERNESTO COELHO

Chefe Dpto. de Gestão e Finanças
CPF 055.147.496-30

LUCIANA PAULA XAVIER RIBEIRO

Chefe da Divisão Contábil
CRC-MG 080.601/O-0

ATESTES DE DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Atesto para os devidos fins que as Demonstrações Financeiras da **Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG**, referente ao exercício de 2025, incluído no Processo SEI nº 3050.01.0001186/2025-15 com o documento nº 137032486, reflete a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da empresa.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

Diretora Presidente
CPF 423.581.916-04

LEONARDO BRUMANO KALIL

Diretor de Administração e Finanças
CPF 546.001.036-53

TRAZILBO JOSÉ DE PAULA

Diretor de Operações Técnicas
CPF 862.417.537-20

WALLERSON ERNESTO COELHO

Chefe Dpto. de Gestão e Finanças
CPF 055.147.496-30

LUCIANA PAULA XAVIER RIBEIRO

Chefe da Divisão Contábil
CRC-MG 080.601/O-0



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Paula Xavier Ribeiro, Chefe de Divisão**, em 07/04/2026, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wallerson Ernesto Coelho, Chefe de Divisão**, em 07/04/2026, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Brumano Kalil, Diretor (a)**, em 07/04/2026, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Trazilbo José de Paula Júnior, Diretor (a)**, em 07/04/2026, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nilda de Fátima Ferreira Soares, Diretora Presidente**, em 10/04/2026, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **137034762** e o código CRC **70D7FDE3**.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025.

Ilmos. Srs.

Presidente, Conselheiros e Diretores da

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA DE MINAS GERAIS - EPAMIG

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA DE MINAS GERAIS – EPAMIG**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 06 de abril 2026.



Corporativa Auditoria e Consultoria Ltda
CRCDF 003205/O-8
Maria Elizabete Moraes
Contadora CRCRS 068651/O-0 T-DF

Parecer nº 1/EPAMIG/CONSELHO FISCAL/2026

PROCESSO Nº 3050.01.0000697/2026-23

PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2025

Cumprindo determinações constantes do Estatuto da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, Decreto nº 48.191/2021, art. 28, VI, examinamos as demonstrações financeiras do exercício de 2025, composto de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Financeiras, Composição do Capital Social, Composição da Receita e Composição da Despesa. Com base no Relatório de Auditoria Interna nº 3050.0456.2026, referente ao 4º Trimestre e do Exercício de 2025, elaborado pela Auditoria Interna da EPAMIG, datado de primeiro de abril de 2026, conforme processo SEI nº 3050.01.0000697/2026-23, com base no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 (Auditoria Externa), datado de 06 de abril de 2026, conforme processo SEI nº 3050.01.0001186/2025-15, e no acompanhamento realizado por este Conselho, concluímos pela adequação técnica às normas legais vigentes dos documentos analisados e, por esta razão, opina favoravelmente sem ressalvas pela sua aprovação. Nestes termos, encaminha o Parecer para aprovação do Conselho de Administração, conforme disposto no Estatuto da EPAMIG, art. 25, VIII.

Camila Pereira de Oliveira Ribeiro

Ana Costa Rego

Érika Xavier Antônio



Documento assinado eletronicamente por **Erika Xavier Antonio, Conselheiro(a)**, em 15/04/2026, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Costa Rego, Conselheiro(a)**, em 15/04/2026, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Pereira de Oliveira Ribeiro**, **Conselheiro(a)**, em 15/04/2026, às 20:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **137660914** e o código CRC **9C18B5FB**.

Referência: Processo nº 3050.01.0000697/2026-23

SEI nº 137660914



EPAMIG
Pesquisa Agropecuária

AGRICULTURA,
PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO



**GOVERNO
DE MINAS**

AQUI O TREM PROSPERA.

Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Av. José Cândido da Silveira, 1647 - União
CEP 31170-495 Belo Horizonte, MG
Tel. (31) 3489-5000 - www.epamig.br